

# NOTÍCIAS CNTV



## Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 04/08/2011 Edição Nº 396

### Vigilante de carro-forte ganha adicional de insalubridade por causa do calor

Um vigilante de carro-forte receberá adicional de insalubridade por causa da exposição ao calor excessivo. O antigo patrão (Brink's Segurança e Transporte de Valores) até tentou reformar esse resultado no Tribunal Superior do Trabalho, mas, em decisão unânime, os ministros da Quinta Turma não conheceram do recurso de revista da empresa.

Na Justiça do Trabalho, o empregado contou que atuava na coleta e transporte de valores em diversos locais de Porto Alegre (RS), a exemplo de bancos e postos de combustíveis. Disse ainda que os carros-fortes utilizados em serviço não tinham ar condicionado e, por isso, fazia muito calor dentro dos veículos, especialmente nos meses de verão.

A juíza da 13ª Vara do Trabalho de Porto Alegre reconheceu as condições de insalubridade do serviço do empregado com amparo em laudos de peritos nomeados pelo trabalhador e pelo juízo. De acordo com os pareceres técnicos, o vigilante permanecia aproximadamente cinco horas dentro do carro-forte, sem qualquer sistema de refrigeração de ar que pudesse aliviar a elevada temperatura no interior do veículo. Por outro lado, a juíza constatou que o laudo apresentado pela empresa não demonstrou a in-

existência de insalubridade devido ao calor excessivo dentro dos carros-fortes.

Desse modo, a empresa foi condenada a pagar adicional de insalubridade em grau médio (20%) ao ex-empregado por quatro meses ao ano (período de verão), limitado aos últimos cinco anos do contrato de trabalho em que o direito não prescreveu. Ao manter a sentença de origem, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) observou que o Anexo III da Norma Regulamentadora nº 15 da Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego, que regulamenta o assunto, não faz distinção quanto à fonte do calor (se oriunda do sol ou outra fonte de energia) para autorizar a concessão do adicional de insalubridade.

No recurso ao TST, a empresa sustentou que essa interpretação violou os artigos 189, 190 e 192 da CLT, que tratam das atividades insalubres e seus diferentes graus de incidência segundo critérios estabelecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Entretanto, o relator do caso, ministro Emmanoel Pereira, esclareceu que o Regional manteve a condenação com base nas provas dos autos, em particular a pericial, e o TST não pode reexaminar esse material (conforme Súmula nº 126).

O relator afirmou também que, como descrito pelo TRT, o perito técnico valeu-se de "medições realizadas em ação diversa - utilizando a faculdade de que trata o artigo 429 do Código de Processo Civil", para concluir favoravelmente à concessão do adicional de insalubridade ao vigilante. Na opinião do ministro, na medida em que esse artigo permite que o perito e seus assistentes utilizem de todos os meios necessários para instruir o laudo, não ficaram caracterizadas as violações da CLT como apontadas pela empresa.

Fonte: Secretaria de Comunicação Social do Tribunal Superior do Trabalho

### Nota da CNTV Fiscalização dos carros forte

A CNTV orienta os Sindicatos de vigilantes de transporte de valores que façam campanhas de conscientização para a categoria denunciar as condições de trabalho dentro do carro forte. Com essa jurisprudência favorável, será possível entrar com ações na justiça pedindo o benefício para os casos em que não estejam na lei, na CCT ou os carros fortes não sejam climatizados.

# VIGILANTES E BANCÁRIOS APRESENTAM AO NOVO COORDENADOR DA PF PROBLEMAS E SUGESTÕES

Em reunião de trabalho que durou quase duas horas, Bancários e Vigilantes, representados pela Contraf/CUT e CNTV, respectivamente, fizeram a primeira visita ao novo Coordenador de Geral de Controle de Segurança Privada da Polícia Federal – CGCSP/DPF, Delegado Clyton Clyton Eustáquio Xavier, dia 03/08, quando entregaram documentos apontando os principais problemas que envolvem as categorias e sugestões com vistas a enfrentá-las.

A Contraf/CUT e a CNTV integram a Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada do Ministério da Justiça, presidida pela Polícia Federal e integrada também pelo Exército e IRB – Instituto de Resseguros do Brasil, bem como por outras entidades de trabalhadores e patrões do segmento de segurança e bancos, que tem como competência aprovar punições para empresas que não cumprem a lei 7.102/83 e discutir melhorias para a segurança privada e bancária.

Os trabalhadores destacaram especialmente a luta pela proteção de vidas de clientes e trabalhadores nas agências e postos bancários, especialmente vitimados pelo chamado crime de “saidinha bancária”, bem como a preocupação com transporte de valores ilegal realizado por bancários e a insegurança a que estão expostos os vigilan-

tes sem locais de parada segura para carros fortes e a perigosa contagem de dinheiro em caixas eletrônicos.

As Confederações apresentaram propostas para enfrentamento dos problemas, responsabilizando especialmente bancos

e empresas de segurança e sugeriram ainda, e foi aceita pelo Coordenador, a realização de debates e mediações sob a coordenação da PF acerca dos temas, devendo a primeira reunião nesse sentido acontecer ainda neste mês de agosto.



**José Boaventura, presidente da CNTV expõe para o novo delegado da CCASP, Clyton Eustáquio Xavier (à direita na foto) os problemas enfrentados pelos vigilantes. No centro da foto Ademir Wiederkehr, secretário de imprensa e coordenador do Coletivo Nacional de Segurança Bancária, foi o representante da Contraf-CUT.**

# Contraf-CUT e CNTV abrem nova agenda sobre segurança com Polícia Federal

A Contraf-CUT e a Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) se reuniram pela primeira vez nesta quarta-feira, dia 3, com o novo titular da Coordenação-Geral de Controle da Segurança Privada (CGCSP) da Polícia Federal (PF), delegado Clyton Eustáquio Xavier, em Brasília. O encontro havia sido solicitado pelas entidades sindicais.

O delegado, que também passou a coordenar a Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada (CCASP), conheceu os representantes dos trabalhadores, ouviu as suas preocupações, projetos e expectativas. Ele se dispôs a mediar a busca de soluções com os bancos e as empresas de segurança.

Ademir Wiederkehr, secretário de imprensa e coordenador do Coletivo Nacional de Segurança Bancária, foi o representante da Contraf-CUT. O presidente José Boaventura Santos representou a CNTV.

Também participaram vários dirigentes sindicais bancários e integrantes do Coletivo Nacional: Daniel Reis (Sindicato de São Paulo), André Pires (Sindicato do Rio de Janeiro), Leonardo Fonseca (Sindicato de Belo Horizonte e Fetraf-MG), Raimundo Dantas (Sindicato de Brasília), Lúcio Paz (Sindicato de Porto Alegre e Fetrafi-RS), Valdir Oliveira (Fetec-SP), Danilo Anderson (Feeb SP-MS), Carlos Copi

(Fetec-PR) e Pedro Batista (Feeb RJ-ES).

Um documento conjunto, entregue ao delegado pela Contraf-CUT e a CNTV, traz uma pauta de demandas para melhorar a segurança e o trabalho da PF. As entidades também solicitaram a marcação de reuniões, começando em agosto, para discutir os temas apresentados e estudar medidas para garantir a aplicação da lei vigente, a proteção da vida das pessoas e o enfrentamento aos desafios presentes.

"Abrimos uma nova e importante agenda para dialogar sobre questões que busquem a melhoria e o fortalecimento do papel da PF no controle da segurança privada", afirmou o secretário de imprensa da Contraf-CUT e coordenador do Coletivo Nacional de Segurança Bancária, Ademir Wiederkehr. A PF é responsável pela fiscalização do plano de segurança das agências e postos de atendimento bancário, bem como do controle da segurança privada, envolvendo empresas de vigilância, transporte de valores e centros de formação profissional de vigilantes.

## Atualização da lei federal nº 7.102/83

Um dos principais assuntos debatidos foi a lei federal nº 7.102/83, que trata da segurança nos estabelecimentos bancários. "Ela tem cumprido

importante papel de controle e definição de responsabilidade da segurança privada, contribuindo para a proteção da vida das pessoas. Entretanto, encontra-se desatualizada, diante do crescimento da violência e da criminalidade, sendo necessária adequá-la à realidade", destacou Boaventura.

Durante audiência pública, no dia 1º de julho do ano passado, na Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, a Contraf-CUT e a CNTV apresentaram um modelo de projeto de lei de segurança privada, elaborado a partir da primeira versão do Estatuto de Segurança Privada da PF. Dias depois, o presidente da Comissão, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), protocolou a proposta como Projeto de Lei nº 7592/2010. Cópia da iniciativa foi entregue para Clyton.

## Combate à "saidinha de banco"

Outro tema discutido foi o crescimento do crime da "saidinha de banco", que provocou mais duas mortes na terça-feira, dia 2, em Guarulhos. "O problema já foi debatido este ano em duas reuniões da Mesa Temática de Segurança Bancária com a Fenaban, mas o único avanço foi a ampliação das câmeras nas agências. Os sindicatos também estão levando o modelo de projeto

de lei municipal, lançado pela Contraf-CUT e CNTV, para todas as cidades, buscando a melhoria da estrutura dos estabelecimentos e a instalação de equipamentos que assegurem o sigilo dos saques em dinheiro", disse Ademir.

Os bancários e vigilantes defendem biombos entre a fila de espera e a bateria de caixas, e as divisórias individualizadas nos terminais de atendimento. "Não apoiamos a proibição do uso do celular nas agências, como defendem os bancos, pois a medida é inócua, não resolve o problema da visualização das operações por olheiros e significa a transferência da responsabilidade de segurança para os clientes", frisou Boaventura.

As entidades também propõem a isenção das tarifas de transferência de recursos (TED, DOC, ordens de pagamento), como forma de reduzir a circulação de dinheiro na praça e evitar que clientes sejam alvos de assaltantes.

"Ainda queremos o fim da triagem que ocorre na entrada de muitas agências, onde clientes que pretendem depositar menos de R\$ 2 mil são mandados para lotéricas e correspondentes bancários, ficando completamente expostos, o que traz insegurança e exclusão", observou Ademir.

## **Pauta dos trabalhadores**

O documento da Contraf-CUT e CNTV traz importantes contribuições para a melhoria

da segurança, apontando problemas como a expansão dos correspondentes, a retirada descabida da porta giratória em várias agências, o transporte ilegal de valores feito por bancários, os locais inseguros para estacionamento dos carros-fortes e a contagem de dinheiro por vigilantes no abastecimento de caixas eletrônicos.

A pauta também repudia a parceria entre a Febraban e Polícia Militar de São Paulo, que teve ronda policial dentro de agências e estacionamentos dos bancos, o que é função da segurança privada. As entidades reiteram a preocupação com o papel da polícia e com a efetiva responsabilidade das instituições financeiras.

Há também demandas para qualificar a fiscalização da PF, visando evitar o arquivamento e a prescrição de processos

punitivos, as alterações irregulares nos planos de segurança e os casos de favorecimentos aos infratores. Ainda há proposta para identificar policiais armados nas unidades e evitar conflitos.

"O propósito é contribuir para melhorar a atuação da PF e garantir segurança para vigilantes, bancários, clientes e usuários", ressaltou Boaventura.

"Os bancos, que lucraram mais de R\$ 12 bilhões somente no primeiro trimestre deste ano, têm condições financeiras para dotar seus estabelecimentos de melhores instalações de segurança, bem como contratar empresas de vigilância e transporte de valores que assegurem condições adequadas de segurança para os trabalhadores e a população", concluiu Ademir.

Fonte: Contraf-CUT com CNTV



## **Trabalhadores entregam documento ao novo titular da CGCSP da PF**

### **Expediente:**

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV  
Presidente da CNTV - José Boaventura Santos  
Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira  
Jornalista: Walkiria Simões  
Projeto gráfico e diagramação: Anibal Bispo



site: [www.vigilanteCNTV.org.br](http://www.vigilanteCNTV.org.br)  
email: [cntv@terra.com.br](mailto:cntv@terra.com.br)  
Fone: (61) 3321-6143  
SDS edifício Venâncio Junior Térreo loja 09-11  
Cep: 73.300-000 Brasília - DF